



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

[rbe@anped.org.br](mailto:rbe@anped.org.br)

Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Educação  
Brasil

Frigotto, Gaudêncio

A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe

Revista Brasileira de Educação, vol. 14, núm. 40, enero-abril, 2009, pp. 168-194

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27504014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## Espaço Aberto

# A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe

Gaudêncio Frigotto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana



*Até os nossos dias, a história de toda a sociedade tem sido a história das lutas de classe*  
(Marx & Engels, 1998)

### Introdução

Diz-se que um termo é polissêmico quando é utilizado com várias significações. Por exemplo, ao examinar as relações sociais de produção na especificidade da sociedade capitalista, Marx mostra que produtivo é o trabalho que produz mais-valia. Este, todavia, não é o sentido dado pelo pensamento liberal nem pelo senso comum. No pensamento econômico

liberal, é uma relação entre os insumos e o resultado da produção. No sentido dicotômico, usualmente trabalho produtivo é aquele que produz mais, que produz mais ou é mais eficaz.

Neste texto, que visa estimular o debate sobre a relação trabalho, classe social e educação não me particularmente à dimensão semântica e sim para evidenciar as mudanças de sentido e uso do mesmo no tempo e no espaço. Primeiro por razões de meu campo de formação e, muito menos, de ensino e pesquisa. Segundo, e fundamentalmente, porque, no exemplo acima o cerne da questão não é uma disputa semântica abstraída das relações sociais. Na sociedade capitalista é uma disputa de classe que somente pode ser apreendida em sua historicidade dentro da concepção dialética e no campo das contradições e não das antinomias.

A opção do encaminhamento que darei aqui busca no legado de Marx a compreensão da realidade, é a consciência, a teoria e a linguagem que refletem a realidade, mas elas são produzidas dentro e fora de uma realidade histórica, sendo e tornando-se

\* Trabalho apresentado no GT Trabalho e Educação, durante a 31ª Reunião da ANPEd, realizada de 16 a 20 de outubro de 2008, em Caxambu (MG). Agradeço a leitura da versão preliminar do texto e as ponderações que me foram feitas por Maria Ciavatta, Eunice Trein, Sônia Maria Rummert, Marise N. Ramos e Carlos Roberto Alexandre. Muitas das observações e indicações foram cruciais para esta versão final. Nenhum deles, todavia, é responsável por



e Engels, nenhuma ideia, preconceito, ideologia ou teoria deve deixar de ser examinada, já que todas elas se constituem em elementos constitutivos da realidade e parte de determinadas práxis (alienadas ou críticas).

A produção das ideias, de representações da consciência, está de início diretamente entrelaçada à atividade material e ao intercâmbio material; [...] os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., *mas os homens reais e ativos* [...]. A consciência jamais pode ser outra do que o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real. (Marx & Engels, 1986, p. 36-37, grifo meu)

Essa compreensão conduz-me ao pressuposto de que os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas e um ponto central da batalha das ideias na luta contrahegemônica à ideologia e à cultura burguesas. Esse pressuposto, como consequência, leva-me ao mesmo tempo a compreender e tratar as relações de produção e de reprodução sociais, a linguagem, o pensamento e a cultura de forma histórico-dialética e, para não cairmos numa discussão abstrata, atemporal ou – nos termos de Marx – escolástica, que o sentido do trabalho, expresso pela linguagem e pelo pensamento, só pode ser efetivamente real no campo contraditório da práxis e num determinado tempo e contextos históricos.

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica*. (Marx & Engels, 1986, p. 12)

Se por um lado, então, é crucial voltar aos textos de Marx e Engels e de outros pensadores marxistas buscando seu sentido imanente e o rigor semântico como exercício de não nos afastarmos dos fundamentos da concepção materialista-histórica da realidade humana, por outro lado, é crucial também voltar à

de sua compreensão, o grande desafio, tem sido, em nosso tempo, como adverte Francisco de Oliveira, “não alcançar-se a saturação histórica do conhecimento, isto é, não saber apanhar a multiplicidade das possibilidades e das ameaças que fazem o concreto” (Oliveira, 1981, p. 295-296). Vale dizer, seguir o legado de Marx e de Engels, é “compreender toda a realidade em seu movimento, nas suas ‘tendências’ – portanto, na ‘unidade’ de seus diferentes aspectos e ‘contradições’” (Oliveira, 1981, p. 295-296).

Ao abordar a concepção materialista-histórica de Marx e Engels, em carta a C. Schmidt, adverte sobre o cuidado de seu uso apenas como rótulo.

Sobretudo a palavra “materialista” serve, na América Latina, a muitos escritores jovens como uma simples etiqueta, com a qual se rotula todo e qualquer estudo, ou seja, com o rótulo e crê-se ter encerrado então o assunto [...]. A história precisa ser reestudada, as condições de existência das diversas formações sociais precisam ser examinadas em detalhe, antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, etc. (Engels, 1983, p. 456)

Por certo, no plano mais geral, Edward Said, Raymond Williams, Eric Hobsbawm, Antonio Gramsci e, no Brasil, Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho e outros, são intelectuais pesquisadores que trabalham *com Marx para além de Marx*.<sup>1</sup> Ou seja, trabalham que, pela pesquisa e análise sistemática, buscam

<sup>1</sup> Tomo esta formulação de Wolfgang Leo Manó de um texto no qual aborda a *Teoria crítica da sociedade* de Francisco de Oliveira. Trata-se de uma expressão que sintetiza a forma mais radical de ser fiel ao pensamento de Marx: trabalhar o presente na relação entre o estrutural e o agencial dentro de sua concepção materialista histórica da realidade humana, método materialista histórico de compreendê-la, de analisar, em cada formação histórica, identificar e analisar as condições materiais e as contradições que produzem a realidade humana e social.



se afastar dos fundamentos e saturar as categorias e conceitos (trabalho, classes sociais, Estado, cultura, democracia, luta de classe etc.), no movimento mais universal do sistema do capital e na especificidade de diferentes formações históricas capitalistas.

A construção da categoria *capitalismo dependente*, em Florestan Fernandes (1975 e 1981) e Rui Mauro Marini (2000); a crítica da razão dualista atualizada, trinta anos depois, com um texto sob a metáfora do *ornitorrinco*, em Francisco de Oliveira (2003); e a análise da questão da democracia e da relação Estado e sociedade civil, em Carlos Coutinho (2002), são abordagens que explicitam a especificidade do capitalismo no Brasil dentro do movimento do sistema do capital. No âmbito mais geral, Francisco de Oliveira (1998), em *Surgimento do anti-valor*, traz à luz a forma mediante a qual o capital se reproduz e amplia cada vez mais dependendo do fundo público e as consequências para a luta de classes da disputa por seu controle e manejo.<sup>2</sup> Konder (1992 e 2001) dialoga sobre o pensamento de Marx no século XXI, o futuro da filosofia da práxis e a leitura crítica da história.

Essas demarcações introdutórias objetivam explicitar a direção segundo a qual gostaria de abordar dois pontos inter-relacionados.

No primeiro, busco sinalizar que a polissemia da categoria trabalho resulta de uma construção social e, em nossa sociedade, com o sentido de dominação de classe. O grande desafio é apreender, no tecido social do senso comum, das religiões e das ideias do pensa-

mento e da ciência positivista e pragmática a qual o mosaico de sentidos que assume o

No segundo, que tem origem e está vi-  
primeiro, ocupo-me de dois aspectos tam-  
cados. Em recente livro, Sergio Lessa (2007),  
a *perda da precisão semântica do vocábulo*  
e as consequências para definição de quem  
proletariado, a distinção entre proletários e  
res e o que é hoje a classe revolucionária. A  
análise da compreensão ontológica de trab-  
perspectiva imanente e dentro da ortodoxia  
particularmente no Livro I de *O capital*, justi-  
prioridade exegetica, salienta que, em Marx,  
se entende o *intercâmbio orgânico do ser hu-*  
*natureza e a atividade que transforma a maté-*  
Compreensão esta que, para Lessa, permite d-  
é hoje o proletariado e a classe revolucionária.

Sobre esta base, analisa parte da obra  
autores brasileiros: Ricardo Antunes, Mar-  
Iamamoto e Dermeval Saviani, e sustenta  
por perda dessa precisão, dão o *adeus ao tra-*  
*Brasil*<sup>3</sup> e à identificação de quem pertence  
proletariado e à classe revolucionária. Ao  
obra de Saviani e referindo-se a *alguns do-*  
*nificativos pedagogos de esquerda*, destaca  
incompreensão semântica “tornou aos e-  
mais complicada e difícil a percepção da es-  
transformações em curso: a passagem de u-  
mais elevado de extração de mais-valia, u-  
ficação dos processo alienantes oriundos  
(Lessa, 2007, p. 121). Para ele, isso decorre  
de Saviani e desses pedagogos da possibili-  
sistema capitalista, da existência de algum  
dade do desenvolvimento científico e tecnol-  
avanços das forças produtivas ou de que a-  
mações que possam ser disputadas e captu-

<sup>2</sup> Por uma destas raras coincidências, exatamente no dia 29 de setembro de 2008, declarado o pior da história das bolsas ou da jogatina do capital fictício quando o fundo público americano anunciava que injetaria US\$ 700 bilhões para socorrer a hecatombe do livre mercado e o mesmo rumo foi seguido para segurar a quebraadeira na Europa, Francisco de Oliveira encerrou, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o debate sobre o sentido atual do Manifesto Comunista, um curso livre sobre obras de Marx. Não só pôde reiterar que “tudo o que é sólido se desmancha no ar” como sentir que o que anunciou exatamente uma década atrás, em seu livro *Surgimento do anti-valor*, assume agora uma evidência

<sup>3</sup> Lessa refere-se às teses do fim do trabalho de  
em seu livro, três capítulos. No primeiro, o *adeus ao tra-*  
por S. Malett e André Gorz; no segundo, o *adeus ao tra-*  
M. Sabel a J. Lojkin e Adamn Shaff; e, finalmente,  
capítulo dedica-se ao *adeus ao trabalho* no Brasil.



forças comprometidas pela emancipação humana. Da mesma forma, decorrem as *ilusões* sobre a possibilidade de construir uma educação geral, *omnilateral* ou politécnica dentro do sistema capitalista.

Na mesma direção de análise imanente de textos de Marx feita por Tumolo (2003), procuro analisar as implicações, no plano teórico e político-prático, da defesa que ele busca sustentar de que o trabalho, sob o sistema do capital, não pode ser entendido e pensado como princípio educativo, isto porque é cada vez mais alienante. Ou seja, o trabalho, nesse caso, seria pura negatividade e por isso impensável como princípio educativo.

Registro de imediato que as objeções que explícito nesta discussão não se referem à pertinência de efetivar análises imanentes dos textos de Marx ou outros pensadores clássicos. Portanto, o intuito não é desclassificar ou menosprezar sua produção. Pelo contrário, entendo essas análises como um trabalho intelectual fundamental, com o qual compartilho. Da mesma forma, compartilho da crítica relativa à forma cada vez mais destrutiva e violenta do sistema do capital e de sua natureza não reformável.

O ponto crucial a ser debatido é a passagem da compreensão imanente do trabalho, da classe proletária e do sujeito revolucionário, para a análise ou julgamento de trabalhos que se centram, há décadas, em desenvolver pesquisa histórico-empírica e que *pensam com Marx para além de Marx*.

O que procurarei mostrar é que as análises de Lessa e Tumolo, na especificidade e natureza diversa dos dois trabalhos a que me refiro neste artigo, podem estar incorrendo nessa impropriedade. Isso pode ter como consequência, ainda que não intencional, em nome da imanência e da ortodoxia, por um lado, congelar a saturação histórica das categorias e conceitos e, com isso, o legado fundamental de Marx de perquirir a relação do estrutural e conjuntural no tempo e no espaço, nas mediações e contradições singulares, particulares e universais da realidade que queremos compreender; e, por outro, conduzir ao imobilismo no plano da práxis, ponto nodal da luta de classes para a

## As mediações histórico-sociais da polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias

A proposta do tema *polissemia do trabalho*, no início, trouxe-me desconforto. De um lado, por não ter acompanhado a natureza do debate sobre a polissemia que gerou; de outro, pelo receio de que não pudesse conduzir a discussões muito desafiadoras sobre questões que emergem da vida real dos trabalhadores, diretamente superexplorados ou pela divisão do trabalho em mais-valia (trabalho produtivo, em termos de produção) ou superexplorados em atividades, serviços, trabalho de apoio da educação, cultura, saúde etc., nas esferas do Estado (trabalho improdutivo) ou no âmbito da vala comum da precariedade da grande maioria dos que atuam na informalidade ou diretamente ligados aos serviços necessários à produção.<sup>4</sup> Aí a disputa dos sentidos da categoria trabalho poderia estar isolada da práxis, tornando-se uma discussão puramente escolástica.

Esse desconforto foi se desfazendo e dando lugar a uma reflexão sobre a pertinência e a necessidade desse debate, na direção apontada, especialmente pelas contradições que podem advir de um encaminhamento dogmático das posturas se perdermos de vista que o objeto central da discussão é a crítica das relações sociais e dos processos formativos e educativos que reproduzem o sistema do capital e todas as suas formas de alienação. Concomitantemente, na luta contrahegemônica, há um terreno contraditório que a realidade histórica abre para a travessia, onde a disputa cultural e política, a da ciência, tecnologia e dos processos educativos na sociedade e na escola se constituem em

<sup>4</sup> A categoria de trabalho informal, por diferenciar-se do trabalho desmanche e precarização do trabalho, não dá conta de explicar a realidade da maioria dos trabalhadores que não são incorporados diretamente no emprego formal (Hobsbawm, 1995). Como afirma Tavares (2004), uma realidade que advém, como Marx afirma nos *Manuscritos econômicos*, da forma que se desenvolve o capitalismo, a atividade humana. “Substitui o trabalho humano por máquinas, mas lança parte dos trabalhadores de volta a um trabalho” (Hobsbawm, 1995).



cruciais na possibilidade de superação do sistema do capital.

Todavia, o entendimento da pertinência do tema carregou consigo uma enorme perplexidade pela natureza complexa da tarefa; neste artigo, o que posso alcançar é apenas problematização e abordagem introdutória. Como efeito, quando escrevemos nossos textos supondo que os leitores – alunos de graduação e de pós-graduação, professores que atuam nas redes de ensino público e privado ou lideranças de movimentos sociais e sindicatos etc. – apreendam os sentidos e distinções que foram sendo construídas sobre *trabalho na sua dimensão ontológica, princípio educativo ou trabalho alienado por sua subordinação ou subsunção real; trabalho concreto e abstrato, produtivo e improdutivo, trabalho material e imaterial e mundo da necessidade e da liberdade* etc., por certo, estamos ignorando lições que a literatura marxista engendra.

O fato de crescente contingente da população que tem experiência concreta de classe trabalhadora brasileira sem que, como indica Edward P. Thompson,<sup>5</sup> tenha consciência de classe acredite, ao seguir a Igreja Universal ou congêneres, que presencia milagres, exorcismos e prosperidade não é uma quimera. É um dado real existencial que tem de ser, primeiramente, entendido como indica Marx ao discutir a religião na *Introdução à crítica da filosofia do direito em Hegel* e na *Questão judaica*.

É este o fundamento da crítica irreligiosa: o Homem faz a religião, a religião não faz o homem. [...] Mas o homem não é um ser abstrato, ancorado fora do mundo. [...] a miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. (Marx, 2006, p. 145)

<sup>5</sup> A obra do pensador marxista Edward P. Thompson tem a particularidade de ser produzida pela pesquisa histórica e a intensa vivência como educador popular. Por isso, sua produção sobre a formação da classe operária inglesa ou, como ele mesmo expressa, *o fazer-se classe operária* envolve tanto as dimensões econômicas e políticas quanto as culturais mediadas por experiências, tradições, sistema de valores e vivências concretas. Ver Thompson (1987a,

A razão fundamental, então, da necessidade de compreender a polissemia da categoria trabalho é apenas e, sobretudo, semântica, teórica e epistemológica, ainda que mediada por essas dimensões da natureza histórico-social, ontológica e ética.

Por certo o mais comum é que a grande maioria das pessoas que pertencem e têm experiência real de classe trabalhadora e que não necessariamente têm consciência de classe tome trabalho e emprego, como o trabalhador assim como o de classe como um contínuo de experiências, um senso comum imposto pelo processo de socialização sociológico, econômico e político e sedimentado a dia pela mídia: classe A, B, C, D, E...

Do mesmo modo, é difícil que a grande maioria dos professores, mesmo com níveis de escolaridade elevados, compreenda por que, se de manhã trabalham numa escola privada (na qual são explorados) e pela tarde trabalham numa escola do Estado (na qual também são explorados), pelo fato de seu trabalho é produtivo e pela tarde é improdutivo ou por que, pelo fato de serem professores e não proletários ainda que trabalhadores expropriados, a contrapartida, é comum que, em pesquisas realizadas com aqueles que fazem trabalho doméstico, embora tenham jornada tripla de trabalho, afirmem que não são explorados. Todas essas situações expressam uma *determinada concepção de mundo, uma determinada filosofia, popular ou científica, certa prática social e hegemonia política*.

Por isso, num terreno mais profundo, a desconstrução dos sentidos de trabalho que constitui a sociedade brasileira hoje, a indicação da necessidade de uma nova concepção de mundo é de extrema importância.

Quando a concepção de mundo não é crítica e não é mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa personalidade é composta de uma maneira bizarra, encontramos elementos dos homens das cavernas e da ciência mais moderna e progressista; preconcebemos as fases históricas passadas, grosseiramente limitamos as intuições de uma futura filosofia que será própria de um humano mundialmente unificado. (Gramsci, 1977)



Isto indica que captar os sentidos e significados do trabalho na experiência social e cultural das massas de trabalhadores é tarefa complexa e implica analisar como se produz a sociedade nos âmbitos da economia, da cultura, da política, da arte e da educação. Na perspectiva de Florestan Fernandes, implica

[...] *repor o intelectual no circuito das relações e conflito de classe* [...]. Mas de nada adiantaria uma retórica ultraradical de condenação e de expiação: o intelectual não cria o mundo no qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo e explicá-lo, como ponto de partida para sua alteração real”. (Fernandes, 1980, p. 241)

Posta a compreensão da polissemia da categoria trabalho nessa perspectiva, percebo que em parte ela está em curso, mas que a tarefa é imensa e demanda o esforço de pesquisa de um amplo coletivo. No escopo deste texto, é possível apenas sinalizar o que está sendo produzido no debate da polissemia da categoria trabalho e delinear, no campo marxista, onde percebo as fontes teóricas que pensam *com Marx e que vão além de Marx* para avançar neste terreno.

Esse segundo aspecto permite encaminhar a direção do debate dos pontos seguintes da importância de ir-se aos fundamentos do pensamento de Marx, Engels etc., mas que, concomitantemente a esses fundamentos, eles têm de ser historicizados na linha da advertência de Engels, de que *formações sociais precisam ser examinadas em detalhe antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas*. Para Engels, “analisando as tendências de seu tempo sem esse cuidado *o fraseado do materialismo histórico* somente serve para que os jovens construam às pressas, a partir de seus conhecimentos históricos escassos [...] *todo um sistema e aparecem, então para si próprios como colossais*” (Engels, 1983, p. 457).

#### Indicações sobre a polissemia da categoria trabalho, emprego e classe social

pectivas, há pesquisas que se ocuparam principalmente de discutir diferentes qualificações que reconhecem o trabalho. Num nível mais simples, mas igualmente encontramos verbetes, com algum detalhe, sobre várias qualificações. Uma segunda dimensão, mais complexa, é buscar apreender o sentido da categoria historicidade e como são apreendidas na vida da classe trabalhadora.

Sobre o primeiro aspecto, em relação a qualificações, apenas para exemplificar, no *Dicionário do trabalho marxista* de Bottomore (1988) encontramos várias qualificações sobre trabalho abstrato, trabalho concreto, divisão do trabalho, trabalho e força de trabalho, natureza do trabalho na transição para o socialismo. Na literatura brasileira, dois textos recentes abordam a preocupação de abordar as várias dimensões do trabalho é tratado com fins pedagógicos. Recentemente, a Escola Politécnica Joaquim Venâncio publicou o *Dicionário da educação profissional e saúde*, no qual diferentes autores abordam o trabalho, trabalho abstrato, trabalho concreto, trabalho simples e complexo, trabalho real, trabalho prescrito, divisão social do trabalho e divisão do trabalho. Com o mesmo propósito, Carlos de Oliveira organizou um dicionário sobre trabalho e emprego, focando sobretudo formas de organização do trabalho.

Essas produções ajudam para uma aproximação das diferentes dimensões do significado e dos sentidos em que o trabalho, de uma perspectiva marxista, é abordado. Para as fontes nas quais os leitores podem aprofundar a compreensão e situar-se no debate. Algumas das dimensões renderam vários trabalhos, como o trabalho produtivo e improdutivo em Marx.

Num horizonte de dimensão mais ampla, porque implica captar as múltiplas mediações da polissemia do trabalho social e histórico produzidas, encontramos a contribuição de vários trabalhos no debate marxista ou não. Um exemplo de texto de Nosella (1989) foi, sem dúvida,

<sup>6</sup> Ver a esse respeito, entre outros autores que





dentro do GT Trabalho e Educação da ANPED, a sinalizar os sentidos que assume a categoria trabalho na Antiguidade, na sociedade moderna burguesa e como se anuncia dentro da utopia de uma sociedade sem classes. Um texto que demarca, pois, a historicidade dos sentidos e significados que assume o trabalho.

Uma coletânea organizada por Danile Mercure e Jean Spurk, publicada na França em 2003 e traduzida pela Editora Vozes em 2005, dentro de uma abordagem não especificamente marxista, propõe uma ampla compreensão da noção de trabalho no pensamento ocidental desde o mundo grego até a moderna sociedade burguesa.

Outros estudos buscam explicitar como surgiu e se desenvolveu o sentido que temos hoje de trabalho reduzido a emprego como quantidade de tempo pago por uma determinada atividade. Naredo (2006) efetiva uma análise na qual examina os valores, concepções e modos de vida que predominaram antes que se tivesse a ideia atual de trabalho. Em seguida, mostra a gênese da visão produtivista de trabalho ao longo do século XVIII, quando o modo de produção capitalista torna-se dominante e se desenvolve a ideia de riqueza, produção e de sistema econômico. Por fim, analisa as determinações que estão provocando a crise da função produtivista e social que se atribuía ao trabalho em nossas sociedades. A relevância de sua análise, concorde-se ou não com ela, situa-se em mostrar as conexões entre ciência, ideologia e sociedade e entre linguagem e pensamento.

No campo da batalha das ideias como espaço de luta de classe, tem sido importante o desenvolvimento de textos, partindo especialmente da obra de Lukács (1976 e 2004) sobre a ontologia do ser social em Marx, que tratam o trabalho na sua dimensão ontocriativa, em contraposição às formas históricas que assume, mormente o trabalho sob os modos de produção escravocrata ou servil e capitalista.

Na sua dimensão ontocriativa, explicita-se que, diferente do animal, que é regulado e programado por sua natureza, por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas adapta-se e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza, mesmo se defronta com a matéria natural como algo estranho e natural. Ele põe em movimento as forças naturais existentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (Marx, 1988)

Nessa compreensão, o trabalho, como afirma Kosik (1969), *é um processo que permeia a existência do homem e constitui a sua especificidade*, ele não se reduz à *atividade laborativa* ou produtivista. Mészáros (1981) traz uma distinção importante entre o trabalho como mediação de primeira ordem e o processo antediluviano entre o homem e a natureza, para designar sua compreensão ontológica e a mediação de segunda ordem, para designar as formas históricas que ele assume. Dos autores brasileiros, destacaram-se nessa tarefa especialmente Konder, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo de Figueiredo e Ricardo Antunes. No esforço de compreensão do trabalho, “os mundos do trabalho” no movimento social, destaco os trabalhos de Antunes (1998). Não cabe aqui retomar esse debate por serem os trabalhos desses autores amplamente difundidos.

No que concerne aos aspectos que permitem saltar sobre a historicidade dos sentidos do trabalho, emprego e classe social a análise mais fecunda que se encontra na tradição marxista anglo-americana, especialmente em Eric Hobsbawm, Raymond Williams e Eduard Thompson. No Brasil, na mesma tradição, destacam-se as análises de Francisco de Assis Florestan Fernandes. Neste item tomo apenas o aspecto que, na minha opinião, permite uma abordagem ao diálogo sobre os fundamentos do pensamento de Marx e a necessidade de, a partir dos mesmos, compreender o presente.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Neste particular, parece-me pertinente a análise de





A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe

Raymond Williams, ao tratar a teoria da cultura construindo o que denominou *materialismo cultural*, indica a tarefa por fazer para entender como as categorias trabalho, emprego e classe social vão assumindo diferentes significados. Trata-se do esforço de saturar as categorias de historicidade. Com base em seu materialismo cultural, vai tratar de *um vocabulário de cultura e sociedade* (Williams, 2007). Entre outras palavras ou categorias, mostra os diferentes sentidos que vão assumir trabalho, emprego e classe social.

O materialismo cultural, nos termos colocados por Williams é entendido

[...] como um processo produtivo (material e social) e das práticas específicas, as “artes”, como usos sociais de meios materiais de produção (da linguagem como consciência prática às tecnologias específicas da escrita e de formas da escrita, passando pelos sistemas eletrônicos e mecânicos de comunicação (Cevasco, *apud* Williams, 2007, p. 18). Tomando a ênfase de Gramsci sobre a questão da hegemonia, Williams, num texto provocativo – *Você é um marxista, é você marxista?*<sup>8</sup> –, explicita como se efetiva a dominação de classe na relação poder, propriedade privada e cultura.

Podemos então afirmar que a dominação essencial de determinada classe na sociedade mantém-se não somente, ainda que certamente se for necessário, pelo poder, e não apenas, ainda que sempre pela propriedade. Ela se mantém também inevitavelmente pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, que é continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos... (Williams, 2007, p. 14)

que, quando a tradição marxista francesa enveredou na análise do discurso, perdeu a batalha das ideias, já que nesse terreno o estruturalismo é imbatível. Ao contrário, a tradição anglo-saxônica manteve-se fiel a Marx e Engels na pesquisa histórica, terreno onde se pode superar o estruturalismo.

<sup>8</sup> Ver “You’re a Marxist, Aren’t You?” in Williams (2007, p. 14). Para um aprofundamento das análises desse autor ver também

É dentro dessa perspectiva que Williams de como as palavras e as categorias vão cons- tecido social e cultural, os diferentes sentid estes atravessados pela dominação de clas trabalho no sentido de fazer algo ou a alg uma ampla gama de aplicações. Mostra forte relação entre trabalho e labor (*labo* sentido medieval de faina e de dor. Já no s “os trabalhadores manuais receberam a des *laboures* (trabalhadores, operários), e a ofert de trabalho generalizou-se como mão-de-ob desde o século XVII. *Trabalho* adquiriu ent- tido mais geral de atividade” (*idem, ibidem*

É com o desenvolvimento das relaç produtivas capitalistas que o trabalho assum de emprego remunerado e trabalhador pa a classe trabalhadora.

Estar empregado (*to be in work*) ou desempregado (*out of work*) era estabelecer uma relação definida co que controlava os meios do esforço produtivo. *Trabalho* deslocou-se, em parte, do próprio esforço para a relação social dominante. É somente neste s se pode dizer que uma mulher que cuida da casa, filhos *não trabalha*. (*idem, ibidem*, p. 397, grifos d

A redução do trabalho de atividade v humano para produzir seus meios de vida vincula-se, pois, a uma dupla determina envolvimento concomitante da palavra tr termo emprego e das relações sociais d Assim Williams mostra que o termo empre gem obscura e bastante coloquial no sentio (massa informe, monte) ou de *piece* (peda É no século XVII que assume o sentido de limitada de trabalho. Assim, “*jobbing* (t empreitada) e *jobber* (trabalhador de en em sentido ainda vigentes, passaram a s execução de pequenos trabalhos ocasiona *ibidem*, p. 398). De seu sentido restrito e, pejorativo, como *jobbery* (traficância, r passou a ter uso mais universal e comum pa



Os termos trabalho e emprego, mostra-nos Williams, interagiram tanto no seu desenvolvimento interno quanto em sua inter-relação. Com efeito, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho, na sua dimensão ontológica, forma específica da criação do ser social, é reduzido a emprego – uma quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Dessa redução ideológica resulta que, no senso comum, a grande maioria das pessoas entenda como *não trabalho* o cuidar da casa, cuidar dos filhos etc.

Quando relacionamos o trabalho e o trabalhador ao sentido de classe e classe social, eles ganham novas determinações, também histórica e socialmente construídas. Por isso, é crucial, ainda que de forma breve, que se faça, com Williams, o mesmo percurso de trabalho e emprego com o termo classe social.<sup>9</sup>

De imediato Williams assinala que o termo classe é duplamente complexo. Primeiro, pela amplitude dos sentidos que assume; segundo, na complexidade dos significados que ela assume na divisão social. Na sua origem tinha um sentido restrito relacionado à propriedade.

Classis se referia a uma divisão de acordo com a propriedade que possuíam os romanos.[...] logo o uso se ampliou, primeiro como termo de organização eclesiástica (as assembleias ou classes ou sínodos) e, mais tarde, um termo geral para divisão ou grupo (classe das plantas). (*idem, ibidem*, p. 85)

A historicidade da construção e do desenvolvimento de classe no seu sentido moderno para designar classes sociais específicas é enfatizado por Williams ao mostrar que o mesmo se define entre os anos de 1770 e 1840, justamente o período da Revolução Industrial e da reorganização decisiva da sociedade. “A história da introdução de *classe* como uma palavra que substituiria designações mais antigas para as

divisões sociais tem relação cada vez mais com a posição social é construída e não simplesmente herdada” (*idem, ibidem*, p. 87). A perspectiva do sentido de classe social se afirma e se consolida nas revoluções americana e francesa, mas com dificuldades, tanto pela resistência dos conservadores quanto pela superposição de sentidos. É nesse contexto que surge a categorização em baixa, média e alta.

Segundo Williams, nos embates sobre questões políticas, sociais e econômicas, a partir de um novo sentido contrapõe:

[...] as *classes produtoras* ou *úteis* (trabalhadores, comerciantes e toda a profissão útil à sociedade) e a *classe privilegiada* (sacerdotes, cortesãos, contadores públicos, mandantes de tropas, em resumo os agentes civis e militares ou religiosos do governo).<sup>10</sup> Ou seja, uma contraposição caracteriza as classes trabalhadoras como classe produtiva para distinguir-se e opor-se aos privilegiados ociosos. Esse uso, que se combina de modo peculiar com o modelo de mais baixa, média e mais alta, com o tempo importante e ao mesmo tempo confuso. (*idem, ibidem*)

De acordo com Williams, Owen, em quem empregou por primeiro a denominação de trabalhadoras “no contexto específico e imediato das relações entre ‘trabalhadores’ e ‘seus empregadores’” (*idem, ibidem*, p. 90). A partir daí a expressão classe trabalhadora, no singular, foi usada nas análises socialistas; no plural, nas análises conservadoras.

Ao mesmo tempo em que o sentido de classe social vão se consolidando, Williams que eles carregam ambiguidade mantém até hoje, tanto no terreno não marxista quanto no marxista. A ambiguidade, ainda em 1840, entre trabalhador e operário. Para Cockburn, os trabalhadores eram aqueles que trabalhavam

<sup>9</sup> Isso é particularmente importante para, na próxima seção, mostrar alguns aspectos no mínimo problemáticos das posições de Lessa e Tumolo nas críticas que efetivam a produções de pesquisa

<sup>10</sup> Essa distinção é apresentada por Williams por exemplo no livro de Volnei, publicado em 1795: *The Ruins of the*



A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe

mãos, embora tanto para trabalhador como para operário houvesse a referência a trabalho manual.

Uma lei de 1875 estabeleceu uma definição jurídica para essa situação: a expressão trabalhador [...] refere-se a qualquer pessoa que, sendo operário, criado doméstico, jornalista, artifice, artesão ou que se dedique a qualquer trabalho manual [...], foi contratada ou trabalha para um empregador. (*idem, ibidem*, p. 91)

Do mesmo modo se anota a divisão binária ou tripartite de classe, tanto indicando ordens ou posições sociais (alta, média e baixa) ou agrupamentos econômicos (empregadores e empregados), ou ainda, nas categorizações de John Stuart Mill (*proprietários da terra, capitalistas e trabalhadores*) e em Marx no volume III de *O capital* (*trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários de terra*) (*idem, ibidem*, p. 94). Com o desenvolvimento capitalista, na linguagem marxista prevaleceu a divisão binária entre burguesia e proletariado.

Williams e Thompson trazem indicações importantes para o desenvolvimento do próximo item sobre as tensões no âmbito marxista e mesmo em Marx ao mostrar a distinção da classe em termos de relações econômicas, que pode ser uma categoria como de assalariados, e a classe enquanto formação social no plano histórico. Para Williams, Marx usa os dois sentidos, sendo que a descrição de classe mais frequente utilizada por ele é de classe como formação, exemplificando com um texto da *Ideologia Alemã* e outro de *O Dezoito Brumário*.

*Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos na concorrência (A Ideologia Alemã).* (Marx, *apud* Williams, 2007, p. 94)

Em seguida, todavia, indica Williams, a classe em Marx aparece como categoria econômica, incluindo todos os que estão objetivamente naquela situação

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem seu modo de vida, seus interesses e sua cultura às de outras classes da sociedade, esses milhões formam uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local, em que a simpatia por seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, não há ligação nacional alguma, nem organização política, não há medida que não constituem uma classe<sup>11</sup> (*O Dezoito Brumário* de Luiz Bonaparte. (Marx, *apud* Williams, 2007, p. 94)

Essa dificuldade, para Williams, evidencia-se também no debate entre consciência de classe e objetivamente medida:

É evidente que *consciência de classe* só pode surgir de uma formação. *Luta de classe, conflito de classe, consciência de classes, legislação classista, preconceito de classe* dependem da existência de formações, embora possam ser muito desigual ou parcial no interior das classes. (*idem, ibidem*)

Um exemplo emblemático do tema a ser tratado refere Williams é o debate entre Edward P. Thompson e Perry Anderson. Para este, a análise do processo deve centrar-se sobre *experiência de classe*, elemento que, como estrutura objetiva, tese da qual Ellen Meiksins Wood (2003) não compartilha, evidenciando que ela não nega a existência de uma estrutura objetiva de classe, mas indica o fato de que a grande maioria das pessoas que estruturalmente pertencem à classe trabalhadora não vivem objetivamente a experiência dessa classe, nem tem consciência de classe.<sup>12</sup>

Thompson, na mesma direção, dá uma resposta ainda mais clara sobre distintas formas de consciência da questão da classe.

<sup>11</sup> Nesta passagem de análise histórica concreta de Marx quando Marx se refere às classes fundamentais que definem a sociedade capitalista – proprietários dos meios e instrumentos de produção e trabalhadores – sua força de trabalho – de outras classes que se articulam com ela.



Ao tomarmos a classe como categoria historiográfica, poderemos ver historiadores dispondo do conceito com dois significados diferentes: a) com referência ao conteúdo histórico correspondente, empiricamente verificável; e b) como categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja evidência direta é muito mais escassa. No meu modo de ver, tal conceito pode ser adotado com propriedade em ambos os sentidos. *Todavia, confusões geralmente surgem quando nos deslocamos de uma acepção para outra.* (Thompson, 2008, p. 1, grifos meus)<sup>13</sup>

Do exposto até aqui fica claro que trabalho, emprego e classe social estão, em seu desenvolvimento, imbricados e os sentidos e significados que assumem têm determinações histórico-sociais. Para o que o GT Trabalho e Educação tem como horizonte básico, desde sua origem, de um trabalho teórico que ajude a entender as relações entre trabalho, relações sociais capitalistas e educação numa perspectiva de luta de classes, parece-nos crucial o que é, para Williams, em nossos dias, uma crítica militante.

[...] sei que há um trabalho fundamental a ser feito em relação à hegemonia cultural. Acredito que o sistema de significados e valores que a sociedade capitalista gera tem de ser derrotado no geral e no detalhe por meio de um trabalho intelectual e educacional contínuo. [...] temos de aprender e ensinar uns aos outros as conexões que existem entre formação política e econômica e, talvez, mais difícil, formação educacional e formação de sentimentos e de relações, que são os nossos recursos em qualquer forma de luta. (Cevasco *apud* Williams, 2007, p. 15)

Essa advertência, de *aprender e ensinar uns aos outros*, é também repleta de indicações e lições para a natureza do debate do ponto a seguir se nosso objetivo comum é fortalecer as lutas que buscam não simplesmente reformar o capitalismo, mas sua superação.

## A compreensão imanente e a história dos fundamentos do pensamento

A breve análise até aqui desenvolvida nos termos ou categorias ou conceitos discursivos e suas variações de sentido marcadas pelo movimento histórico-cultural, por valores, tradições, concepções ideológicas e disputas sociais. Marx e Engels desenvolveram suas análises no contexto da produção capitalista como forma dominante das relações sociais. O que Marx e Engels fizeram foi uma pesquisa metódica, dar-lhes rigor científico e uma concepção histórica de realidade social e do materialismo histórico-dialético.<sup>14</sup> Assim me destaca acima Williams, suas análises não ficam de ambiguidades que rendem polêmicas até

Nesta seção busco discutir o posicionamento sobre a análise imanente ou dentro da *ortodoxia* (Thompson, 2007) de parte da obra de Marx e suas implicações teóricas no plano da ação política, especialmente ainda que não só, no campo educacional.

O esforço de análises dentro de uma perspectiva imanente e heurística, como foi assinalado na introdução e sublinhado por Thompson, não só é pertinente de crucial importância para afirmar os fundamentos das contribuições de Marx e Engels e de outros autores que seguiram seu legado. Assim, o esforço de análise de Sérgio Lessa e sua contribuição na exploração da ontologia do ser social de Marx e concepções de trabalho são de enorme relevância.

As ponderações que coloco a seguir remetem ao seu livro *Trabalho e proletariado no capitalismo temporâneo* (2007), no qual, a partir de uma perspectiva imanente do trabalho em Marx, centrada no livro I de *O capital*, efetiva críticas aos autores do campo social e educacional no Brasil destacados na introdução deste texto, cujas

<sup>13</sup> De um texto publicado pela revista eletrônica *Marxismo Revolucionário Atual*. 2008. ([www.mra.org.br](http://www.mra.org.br)), extraído de Negro

<sup>14</sup> Num texto produzido na década de 1980, analisando o materialista histórico como uma postura ou concepção de trabalho histórico, um método e uma práxis para caracterizar a



esforçam para entender o trabalho, as classes sociais, a ciência e tecnologia e os processos educativos no seu desdobramento e desenvolvimento históricos.

Mesmo que Lessa chame atenção para a questão histórica e para as mediações, de forma insistente, por diferentes razões a ênfase de sua análise parece fixar-se no plano da categorização, referido por Williams, e de um procedimento heurístico nos termos colocados por Thompson, que enfatiza ser a classe no seu sentido heurístico inseparável da luta de classes:

Em meu juízo foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira a-histórica, à “classe” e muito pouca, ao contrário, à luta de classe. Na verdade, na medida que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e portanto seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldades em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha [...]. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico. (*idem*, p. 2)

Na minha leitura, o foco na imanência e numa compreensão heurística do trabalho, do proletariado e do sujeito revolucionário é que conduz Lessa no texto aqui referido, ao trabalhar mais com antinomias do que com a contradição, e portanto com *excessiva atenção* ao que é trabalho, proletariado e classe, em detrimento ao movimento histórico de como se produz o trabalho, o proletariado e a luta de classes como processos históricos. Daí, penso, advêm as dificuldades de reconhecer o caráter contraditório, como veremos, da ciência, tecnologia, do avanço das forças produtivas, do papel da escola e dos processos educativos no interior das relações sociais capitalistas. Na mesma perspectiva, e pelas mesmas razões, parecem situar-se as análises de Tumolo, no que concerne à questão do *trabalho como princípio educativo*.

Nesse sentido, caberia explicar melhor alguns aspectos, para enfatizar o que estou destacando das

Uma primeira observação reside na Lessa da ortodoxia como metodologia imanente do texto de Marx para evitar o. Mesmo considerando o cuidado que Lessa contrapô-la ao dogmatismo, o sentido da ortodoxia relaciona-se à doutrina e às posturas dogmáticas. Esse sentido, na análise de Lessa se pela recorrência do argumento de autoridade, critério da maior veracidade da interpretação. No mesmo plano metodológico, talvez a polêmica de Karel Kosik (1986) de *monismo materialista* para distinguir as análises entre estrutura (marxismo) e fator econômico (sociologia) seja mais adequada para contrapor-se ao pluralismo ecletismo metodológicos.<sup>15</sup>

Um segundo aspecto, na mesma ordem de ideias, diz respeito às tensões internas da contradição imanente do trabalho e classe social e a que se refere a historicidade. Sob as tensões internas, José Pimenta ao caracterizar o sentido ontológico de trabalho constitutivo do ser social, observa que o ser social se reduz e esgota no trabalho, ainda que o trabalho como objetivação fundante.

Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas necessidades transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizaram das necessidades imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. O trabalho, porém, não só permanece como objetivação fundante e necessária do ser social – permanece ainda como o quase poderia chamar de modelo das objetivações sociais. (Netto, 2006, p. 43, grifos do original)

<sup>15</sup> “O monismo materialista que concebe a realidade como um complexo constituído e formado pela estrutura social, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens vivem na produção e no relacionamento com os meios de produção, pode constituir a base de uma coerente teoria das mudanças sociais, critério para a distinção entre mutações estruturais – de caráter da ordem social – e mudanças derivadas, secundárias, que modificam a ordem social, sem porém mudar essencialmente a sua natureza.”



Isso fica, a meu ver, ainda mais claro na abordagem de Kosik, tanto do ponto de vista das tensões internas quanto da historicidade, no seu esforço para superar uma visão semântica e antinômica entre o trabalho (mundo da necessidade) a as atividades humanas como livre criação (mundo da liberdade). A possibilidade de dilatação da liberdade do ser humano é indissociável da satisfação, no grau historicamente possível, do mundo da necessidade.

Do mesmo modo, dentro de uma compreensão dialética, o que distingue trabalho de outras atividades humanas não é algo eterno. É o processo histórico real que vai definir como uma mesma ação humana pode ser considerada trabalho ou não trabalho.

O trabalho é um agir humano que se move na esfera da necessidade. O homem trabalha enquanto seu agir é suscitado e determinado pela pressão da necessidade exterior cuja consecução se chama necessidade natural ou social. *Uma atividade é ou não trabalho, dependendo de que seja ou não exercida como uma necessidade natural, isto é, como um pressuposto necessário à existência. Aristóteles não trabalhava. Um professor de filosofia e interpretações metafísicas de Aristóteles são um emprego, isto é, uma necessidade, socialmente condicionada, de procurar os meios materiais de sustento e de existência. (idem, ibidem, p. 187, grifos meus)*

Por isso, para ele a divisão do agir humano entre trabalho, esfera da necessidade e esfera da liberdade

[...] capta a problemática do trabalho e não trabalho apenas aproximadamente e apenas sob certos aspectos. [...] Nessa distinção fica oculta uma ulterior característica essencial da especificidade do trabalho como um agir humano que não abandona a esfera da necessidade, mas ao mesmo tempo a supera e cria nela os reais pressupostos de liberdade humana. [...] *A relação entre necessidade e liberdade é uma relação historicamente condicionada e historicamente variável. (idem, ibidem, p. 188, grifos meus)*

Os aspectos anteriores conduzem-me, finalmente,

da análise imanente sobre trabalho, pro-  
classe trabalhadora. A justificativa bastante  
e eloquente para eleger o Livro I de *O ca*  
o ponto mais alto para uma leitura imanente  
blemática do trabalho e os corolários co-  
para definir o proletariado e trabalhadores  
sustenta-se como uma decisão que dá seg-  
todológica e coerência de argumento. Tod-  
saber se essa delimitação, mesmo que ar-  
argumentada, não limita o alcance de sua  
por consequência, fragiliza as críticas a p-  
res que, sem desprezar a análise imanente  
o terreno mais complexo, mediado, contr-  
pesquisa histórica.

Com efeito, parece-me bastante co-  
eleger, por mais relevante, uma parte da ob-  
cujo pensamento, como assinala Lefebvre  
se a ele e a Engels, “não foi apenas um p-  
em luta e em ação – criando-se no decor-  
lutas –, mas um pensamento em movimen-  
pensamento em movimento não pode estu-  
compreender-se senão acompanhando o seu  
to” (Lefebvre, 1981).<sup>16</sup>

Esse movimento é evidenciado por E-  
Marini (2000), ao mostrar que o conceito  
produtivo, ainda que posto claramente no c-  
*O capital*, somente se equaciona no capítulo  
livro III, ao serem estudados os operários a-  
mercantis.

Do mesmo modo que o trabalho não retribuído a-  
cria diretamente mais-valia para o capital produ-  
trabalho não retribuído dos operários assalariados c-  
cria para o capital comercial uma participação  
mais-valia. (Marx, *O capital*, cap. III, p. 287, ap-  
2000, p. 249)

<sup>16</sup> Lefebvre busca demonstrar que as obras filosó-  
ou de Marx e Engels se integram à ciência histórica  
e à política. Por isso rejeita tanto a leitura de um  
(humanista) e de um Marx maduro (cientista) quan-



Para Marini, o mesmo vale para os demais operários da circulação naquelas atividades indispensáveis para que esta tenha curso (banco, publicidade etc.) pelo que conclui: “é possível sustentar que restringir a classe operária aos trabalhadores assalariados que produzem a riqueza material, isto é, o valor de uso sobre o qual repousa o conceito de valor corresponde a perder de vista o processo global de reprodução capitalista” (*idem*, p. 250).

Em contrapartida, Hobsbawm (o historiador vivo que talvez mais se tenha ocupado da obra de Marx), numa entrevista sobre sua mais recente publicação, sobre os *Manuscritos econômicos* 150 anos depois, destaca duas razões de seu impacto internacional e de sua importância atual. Primeiro, porque permitiu, no campo marxista, no contexto do *dogmatizado corpus do marxismo ortodoxo no mundo do socialismo soviético*, ampliar a análise com um texto que não podia ser considerado herético. Segundo, porque trata de um conjunto de reflexões sobre assuntos importantes que não foram considerados em *O capital* ou desenvolvidos por Marx em nenhum outro lugar (Hobsbawm, 2008).

Também seguindo a argumentação de Wolfgang Leo Maar, que ao comentar o pensamento de Francisco de Oliveira realça o vigor que emerge da perspectiva de sua análise que se concentra no âmbito da produção da sociedade, privilegiar o livro I de *O capital* para discutir trabalho, classe proletária e trabalhadores, traz o risco de fixar-se no trabalhador coletivo, na perspectiva da acumulação e num estreitamento do espaço da luta de classes e de seus sujeitos.

O trabalho é intrinsecamente social. Neste sentido, a sociedade pode ser vista como um grande trabalhador coletivo que pode, na profundidade em que cabe pensar na produção da sociedade, ser formulado em duas determinações sociais. Um trabalhador coletivo pela perspectiva da acumulação e, neste sentido, nós pensaríamos um trabalhador coletivo em que haja uma universalização do trabalho abstrato tal qual a conhecemos hoje. Mas nós precisamos pensar também no trabalhador coletivo numa outra determinação social, que é a perspectiva do trabalho que produz a sociedade.

É justamente dentro dessa perspectiva que Francisco de Oliveira percebe que atualmente o trabalho é controlado pelo controle e manejo do fundo público da sociedade numa arena da luta hegemônica, da luta de classes. Portanto, *das formas sociais do futuro*.

Por fim, nesta terceira ordem de questões, o aspecto que me parece central e, de certa forma, que reporta ao conjunto de ponderações até aqui discutidas. Se, por um lado, as análises imanentes da sociedade são necessárias e importantes, elas necessitam estar ancoradas no processo histórico real. Isso pela razão fundamental de que pelo menos os pensadores marxistas que se referem a *com Marx para além de Marx* aqui referem-se ao legado fundamental de Marx a respeito da análise materialista de história e o método histórico de apreensão da realidade.

Até onde percebo os autores que privilegiam a análise histórica, os argumentos de Lessa e de Ricardo Antunes – cluiam que, em suas obras, Ricardo Antunes e V. Yamamoto e Dermeval Saviani – cada um com suas particularidades e com sua relevância – dão suporte à análise do trabalho no Brasil são, no mínimo, laudáveis as mediações históricas. Ou, talvez, dito de outro modo, ele comete o equívoco apontado por Theodor Adorno de passar de uma perspectiva heurística da história para avaliar pesquisas que buscam, no plano da realidade, perquirir, num terreno menos seguro, as dificuldades e sujeito a equívocos de diferentes ordens: o imbricado, contraditório e complexo do desenvolvimento do processo de trabalho, do proletariado, das classes sociais e dos processos educativos no século XX.

Não vou me ater aqui a maiores detalhes desse debate, apenas destacar brevemente os pontos para chegar a uma conclusão oposta à de Lessa e de Ricardo Antunes e V. Yamamoto e Dermeval Saviani: os três autores criticados e as implicações dos aspectos mais diretamente imbricados com o trabalho no âmbito educacional, tanto de Lessa e de Ricardo Antunes quanto de V. Yamamoto e Dermeval Saviani.

Tomo um primeiro elemento de um texto clássico de Francisco de Oliveira: *O trabalho, a classe e identidade de classe*, na introdução à obra, onde ele discute a importância do trabalho na sociedade.





[...] a opacidade da divisão e das relações entre as classes é de tal densidade que o trabalho teórico de dar-lhes transparência caminha no sentido inverso do movimento da história do capitalismo contemporâneo. [...] Isto é, torna-se mais complexo e difícil re-conhecer, em fim, o perfil das classes sociais. [...] As classes não se constituem em si e nem mesmo para si, mas para as outras. (Oliveira, 1987a, p. 10-11)

Ao analisar *os mundos do trabalho* e a formação da classe operária, Hobsbawm também demarca o caráter histórico e processual da constituição das classes:

A história operária é parte da história da sociedade, ou melhor, de certas sociedades que possuem características em comum. Relações de classe, qualquer que seja a natureza de classe, são relações entre classes ou camadas de classes que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas. Isso implica um modelo do que são as sociedades e de como funcionam. (Hobsbawm, 1987, p. 29)



Ao justificar o título – *O fazer-se da classe operária* – de um capítulo do livro *Mundos do Trabalho*, adverte que não quer sugerir que as classes tenham início, meio e fim, como a construção de uma casa. “As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar” (Hobsbawm, 1987, p. 273).

Uma das mudanças profundas para a classe trabalhadora situa-se no fato de que cada vez mais a ciência e a tecnologia se tornam forças produtivas do capital e se voltam contra a classe trabalhadora. Marx, nos *Grundrisse*, já indicava claramente essa tendência, mostrando que a criação da riqueza dependia cada vez menos do tempo e do *quantum* de trabalho utilizado e mais do estado geral da ciência e de sua utilização na produção, e que, sob o domínio do capital, isso se voltava contra o trabalhador e sua classe.

A máquina, triunfo do ser humano sobre as forças naturais, converte-se, nas mãos dos capitalistas, em instrumento de servidão de seres humanos a estas mesmas forças [...]; a

prolonga-o, nas mãos do capitalista [...]; a máquina de condão para aumentar a riqueza do produtor, em mãos do capitalista. (Marx *apud* Paris, 2002, p. 100)

A magnitude do desemprego estrutural e da indigência do trabalho certamente é maior hoje que na época de Marx. Nos últimos anos foram profundas as mudanças no mundo do trabalho. Os profissionais empregados com carteira assinada, os direitos advindos de um contrato de trabalho, as lutas históricas da classe trabalhadora são cada vez menor número. Os maiores sindicatos de trabalhadores assalariados não são mais dos metalúrgicos e bancários, mas da área de serviços como a saúde.<sup>17</sup>

Essa realidade faz com que a definição de quem é o proletário, quantos são os proletários, e quem constitui o sujeito revolucionário tornam-se mais complexa e que, certamente, se essa realidade do tempo de Marx, ele a tomaria como problema a decifrar.

Por isso parece-me que o desafio é tentar classificar quem é ou não é proletário. Isso é semântica e imanente e mais na direção apontada por Carlos Nelson Coutinho. Apoiado sobretudo por Marx e Gramsci, ele sinaliza que o desafio para a classe trabalhadora é “construir uma intersubjetividade revolucionária, ou seja, *uma luta de sujeitos que são plurais, mas que convergem e se unificam na luta contra o capital*” (Coutinho, 2002, p. 38, grifo meu). Vale dizer, uma convergência na luta de classes.

Dentro do que expus até aqui, parece-me que a conclusão de Lessa, de que as análises d

<sup>17</sup> Poder-se-ia afirmar com segurança que os metalúrgicos e bancários brasileiros, que, a partir da década de 1970, passaram a ocupar os postos de direção e organização de seus sindicatos, produziram duas lutas históricas, respectivamente se tornaram presidente da República (Fernando Collor) e governador do Rio Grande do Sul (Luiz Inácio Lula da Silva) e não terão mais essa capacidade pelo simples fato de que as máquinas digitais ocuparam seus postos, ampliando a capacidade de produção e de distribuição de riqueza.



Iamamoto e Saviani *dão adeus ao trabalho no Brasil*, incorre em dois equívocos. Primeiro os filia, de forma lógica mas não histórica, às abordagens de S. Malett e André Gorz e M. Sabel a J. Lojkine e Adam Shaff. Isso porque – e aí está o segundo equívoco – é exatamente ao contrário. No âmbito específico das mudanças do mundo do trabalho,<sup>18</sup> Antunes (1999), Iamamoto (2007) e Saviani (1994), na relação com a educação, *não dão adeus* ao trabalho, mas estão empenhados em compreender o processo histórico do trabalho e das classes sociais e buscam perceber como se constitui, diferentemente dos séculos XVIII e XIX, o sujeito revolucionário. O sentido semântico dos termos é importante, mas, como vimos, histórica e socialmente construído. Nesse aspecto, ganha precedência a historicidade nos termos da tese II de Feuerbach e do que explicitam sobretudo Williams e Thompson.

Outro aspecto da crítica de Lessa baseado na análise imanente do trabalho e do proletariado como sujeito revolucionário refere-se a algumas publicações de Dermeval Saviani (1994) e a um livro de Frigotto (1995) para caracterizar como ilusões o caráter contraditório da ciência como força produtiva e do desenvolvimento do capitalismo e das perspectivas da escola unitária, omnilateral e integral. A leitura que Lessa extrai é de que esses educadores estariam passando a ideia de que do “próprio desenvolvimento capitalista, passaríamos ao comunismo, à ‘sociedade regulada’ de Gramsci ou ao ‘reino da liberdade’, famosa expressão de Marx” (Lessa, 2007, p. 121).

Como base nessa afirmação, Lessa retira de Saviani um trecho em que analisa o caráter contraditório dos processos produtivos sob nova base científica

e tecnológica e em que a ideia de escola unitária e formação omnilateral

[...] estaria deixando o terreno da utopia e da meta-  
ção ideológica, moral e romântica para se converter  
exigência posta pelo próprio desenvolvimento do  
produtivo. *Indícios desta tendência* estão aparecendo  
vez mais fortemente [...] inclusive entre os empre-  
que o que importa, de fato, é uma formação ge-  
a capacidade de manejar conceitos, o desenvolvi-  
pensamento abstrato. (Saviani, 1999, p. 164-165)  
Lessa, 2007, p. 120-121, grifos meus)<sup>19</sup>

E, ao assinalar que Saviani não esteve  
alimentar tais ilusões acerca do capitalismo  
porâneo, remete a uma nota na qual afirma  
por exemplo, enxerga na transformação em  
positividade que pode ser politicamente cap-  
as forças comprometidas com a efetiva eman-  
mana” (Frigotto, 1995, p. 7, *apud* Lessa, 2007, p. 121).

E, para mostrar a ilusão sobre a bus-  
concreta para construir espaços educa-  
perspectiva da escola unitária, remete a  
Maurilene do Carmo.

Entre alguns educadores perdeu-se de vista que é  
vel, na lógica deste sistema, a realização de uma  
geral e politécnica, configurando desta forma con-  
educacionais as propostas que anuncia dentro  
como capazes de formar o indivíduo omnilateral  
Carmo, 2003, p. 121)

<sup>18</sup> Em diferentes passagens Lessa assinala a expressão *mundos do trabalho* – “esta sim quase misteriosa” (Lessa, 2007, p. 9) como a evidência de imprecisão semântica do trabalho. Preocupação que tem validade se o contexto da análise do trabalho estiver no campo do imanente e do heurístico, mas não é pertinente se se está tentando entender como o trabalho se apresenta num determinado contexto e desenvolvimento histórico. O historiador marxista Hobsbawm, não por acaso, intitulou uma obra clássica sua *Mundos*

<sup>19</sup> Lessa não inclui nas referências bibliográficas  
1999. Todavia, o trecho se refere à obra mencionada a  
(Lessa, 2007, p. 90), que é de Saviani (1994).

<sup>20</sup> Coincidentemente, não se encontra na página  
referido, *Educação e crise do capitalismo real* (Frigotto, 1995, p. 7, *apud* Lessa, 2007, p. 121).  
trecho de frase pinçado e citado; ali começa o sumário  
boa parte do qual, como veremos a seguir, é tratado o  
traditório e os limites da ciência e do sistema capital  
trata das teses do fim da sociedade do trabalho e da não



Como corolário de suas críticas às ilusões de Saviani, conclui que:

O fato de alguns dos mais significativos pedagogos de esquerda terem aderido a essas teses tornou aos educadores mais complicada e difícil a percepção da essência da transformação em curso: a passagem de um patamar mais elevado de extração de mais-valia, uma intensificação dos processos alienantes oriundos do capital. (Lessa, 2007, p. 121)

Da leitura que faço das obras de Saviani e naquilo que exponho no livro citado, não encontro a possibilidade de uma visão linear da ciência e tecnologia e do avanço das forças produtivas pela qual se estaria indicando a passagem mecânica do desenvolvimento capitalista para, na afirmação de Lessa, *o comunismo, a sociedade regulada de Gramsci ou o reino da liberdade, famosa expressão de Marx*. Em contrapartida, também não consigo ver de onde deduz de que na obra de Saviani e das análises que faço não esteja explícita a superexploração com a *intensificação da mais-valia relativa* e, para os que são empregados, a ampliação da mais-valia absoluta e, portanto, dos processos mais violentos alienantes do sistema capital.

Do mesmo modo, não poderia deduzir que está se afirmando que dentro do sistema capitalista é possível desenvolver, nas condições próprias de uma sociedade sem classes, cuja travessia supõe o socialismo, uma educação unitária, integral, *omnilateral*, politécnica ou tecnológica. O que percebo na obra de Saviani é o que está claro na citação analisada, dentro da compreensão de que não só o capitalismo é uma contradição em processo e, como insistia Marx, cada vez mais profunda e insanável, como também existe antagonismo e luta contrahegemonia. Ao dizer “*indícios desta tendência*”, no que alcanço ler, ele não está afirmando nem que mecanicamente as mudanças científicas e técnicas na base produtiva levem ao comunismo e ao reino da liberdade nem que dentro do sistema capitalista a escola unitária e *omnilateral* sejam possíveis. Apenas está apreendendo uma contradição e, com isso,

e na forma a direção política na luta pela superação do capitalismo.

A obra citada, *Educação e crise do capitalismo real*, foi produzida num contexto de pessimismo (mas não fracasso) do *socialismo real* (Hobsbawm), da tese do fim da história de Fukuyama e de um crescente pessimismo da esquerda. Há a impressão de que o capitalismo tem eterna crise e que a chave para superar suas crises e a ciência e tecnologia são as soluções eternas.

Isso redundaria na aceitação tácita de Fukuyama de que estaria provado que o capitalismo é a sociedade de tipo natural e, portanto, não se luta por sua superação. Busquei, com base em pensadores marxistas que produziram o pensamento social crítico brasileiro, vários deles já referidos, trabalhar o aprofundamento das contradições mais “profundas e insanáveis” do modo de produção burguês e da sociedade capitalista.

No plano das ideias, é só seguirmos o caminho percorrido ao longo de quatro décadas por Hayek, pai do neoliberalismo, para ver que a concepção de intelectual da classe capitalista não mudou jamais, dentro da concepção da economia neoclássica, entender o conflito insolúvel entre indivíduo e sociedade nas relações sociais capitalistas. E isso, não fundamentalmente, por uma perspectiva maquiavélica. É algo mais radical, como me parece, “São os limites de uma época – de uma classe – que um ‘egoísmo’ deliberado ou uma ‘mentira’ se’ que explicam os limites das ideias...” (Marx, *a Weidemever*, 1852, *apud* Frigotto, 2006, p. 35). Essa razão, assinala Marx: “Presos às representações capitalistas [os economistas burgueses] veem a produção dentro da relação capitalista, mas não a produção se produz a própria relação” (Marx, *apud* Frigotto, 2006, p. 35).

Por isso, dialogando com Francisco de Sá, especialmente com a *Crítica da razão pura* (Oliveira, 1987b) e a tese do surgimento do capitalismo (Oliveira, 1988), o livro busca pensar o



sente.<sup>22</sup> Tratava-se não só de ver as contradições, mas também de entender como dentro delas pode se dar a luta contrahegemônica. A disputa das concepções, teorias e práticas educativas e de ciência e tecnologia situam-se nesse terreno.

O que Lessa não explica é a questão relativa ao processo de superação do modo de produção capitalista. A ultrapassagem do capitalismo implica enfrentar,

<sup>22</sup> Para Roberto Schwarz, em várias ocasiões Chico acertou na análise quase sozinho, sustentando posições e argumentos contrários à voz corrente da esquerda (Schwarz, Prefácio, *apud* Oliveira, 2003, p. 22). Na ampliação do texto de 1988 sobre o antivalor (Oliveira, 1998), evidencia hoje, mais uma vez que acertou numa tese que lhe rendeu muitas críticas. Há dez anos afirmava: “O processo invisível por excelência é o capital fictício, que viaja em tempo real-digital – de um para outro lugar do mundo: e viaja em moléculas, que é o próprio dinheiro, não necessitando fixar-se em unidades físicas. Mesmo quando se fixa em unidades industriais, o que preside a ordem desta fixação é o caráter fictício do capital dinheiro, ao contrário da sociedade do conflito, em que o capital-dinheiro só existe depois de construir a força de trabalho vivo. A sociedade da ordem jurídico-política é fundada na propriedade tangível, enquanto na sociedade molecular-digital a regra é o intangível, o invisível [...]. Na ordem jurídico-política em destruição, uma ordem de proprietários, de sujeitos, constituem-se fóruns em que as partes do contrato podem cobrar-se, mutuamente, pelos prejuízos ou agravos produzidos por um autor que se pode conhecer. Na ordem-desordem molecular-digital, tal procedimento é impensável”. O episódio da falência do Barings Bank da Inglaterra, motivada por um jovem especulador da Malásia, é emblemático nesse sentido. “Detonou um processo que liquidou uma duplamente centenária instituição bancária. Evidentemente, mesmo que se estabeleça a ação desse operador como sendo o momento inicial do *Big Bang*, sua punição individual não repara uma perda em bilhões de dólares” (Oliveira, 1998, p. 8-9). Agora, a cada dia que passa fica evidente que não se trata de um banco, mas de uma crise que desnuda o sistema imundo da jogatina do capital fictício. O cinismo mistura salvação pelo fundo público e zombaria e ironia com os que pagam a conta. Um exemplo dessa zombaria foi a “indecência de diretores do grupo financeiro belga Fortis que fizeram um banquete para comemorar a salvação do grupo pelo fundo público num jantar para 50 corretores ao preço módico de US\$

no plano da práxis, o pântano contraditório do velho e de novo. Como ensina Gramsci não quer morrer e novo que necessita nasce começa a luta pela utopia do socialismo e do unilateral, unitária e politécnica no embudo da realidade rebelde historicamente ou teremos, como assinala Jameson, *q deterioração total da terra e da natureza*; a um imaginário futuro, na análise de Kosí, superação do sistema capitalista.

Sem dúvida, a análise de Lessa explicita o determinismo da ciência, da técnica e da e dos processos educativos sob o sistema tomados como forças autônomas das relações de produção, de poder e de classe. A apologética desse fetiche aparece atualmente nas noções de *sociedade pós-industrial e sociedade do conhecimento*, que expressam a tese de que a técnica e as novas tecnologias nos conduzem ao fim do proletariado e à emergência do capitalismo, e, conseqüentemente, à superação da sociedade das classes sem acabar com o sistema do capitalismo.

Todavia, o fato de não perceber nem a atividade da ciência e tecnologia no avanço produtivas e da possibilidade de disputa de concepções, teorias e práticas educativas na perspectiva de uma educação omnilateral e politécnica no sistema capitalista decorre do fato de não, como analisa Jameson, que a contradição, como antinomia, como explicita a citação, tem que forças, contexto ou com o estado das coisas

<sup>23</sup> Das análises de Marx, sobre este aspecto, por um lado, a contradição entre a capacidade da classe detentora do capital desenvolver as forças produtivas e a incapacidade de socializar o resultado do trabalho. Por outro lado, também está mais que explícito em Marx que a utopia desse sistema não se dará pela perspectiva do *quantitativo*, mas do *aguçamento* daquela contradição e da existência da ciência, de uma vontade coletiva ou de uma *força revolucionária* que entenda que é imprescindível que existe correlação de forças para tal. Gramsci, 1978, p. 10.



para esse autor, conduz mais a uma dedução lógica que histórica e à falta de imaginação.

Mesmo depois do “fim da história”, ainda parece persistir uma certa curiosidade histórica em geral mais sistêmica do que meramente anedótica: não saber somente o que vai acontecer depois, mas também uma ansiedade mais geral sobre a sorte ou o destino do nosso próprio sistema ou modo de produção [...]. Parece que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio; e talvez isso possa ser atribuído à debilidade de nossa imaginação. (Jameson, 1997, p. 10-11)

A interpretação dessa falta de imaginação para Jameson resulta de uma dominância de nosso tempo das análises antinômicas, campo mais seguro da linguagem que nos permite saber onde se está pisando. No campo da contradição, por lidar com a historicidade, tal segurança desaparece.

Na antinomia você sabe onde está pisando. Ela afirma duas proposições que efetivamente são radical e absolutamente incompatíveis, é pegar ou largar. Enquanto a contradição é uma questão de parciaisidades e aspectos; apenas uma parte dela é incompatível com a proposição que a acompanha. Na verdade ela pode ter mais a ver com forças, ou com o estado das coisas do que com palavras e implicações lógicas [...].

as exigências para que uma tarefa revolucionária se torne viável. Dentro dessa compreensão – e Gramsci (1976) entendeu isso já na década de 1930 –, nas condições nas quais se deu a Revolução Russa dificilmente ela poderia manter-se sem que houvesse um movimento de ruptura mais amplo nos centros mais desenvolvidos do sistema capitalista. Nessa direção de análise, pode-se afirmar que, do ponto de vista das condições objetivas – avanço científico e tecnológico –, há muitíssimo mais condições de construção da sociedade socialista hoje do que em 1917. O que falta são as condições subjetivas ou a força intersubjetiva revolucionária. A nova sociedade não começaria da pedra lascada, mas apropriando-se de e redefinindo os rumos da ciência e da tecnologia: de mutiladora dos direitos fundamentais do ser humano e destruição das bases da vida, em extensão de membros e sentidos humanos, dilatando

Por sua vez, a antinomia é clara e inequívoca e separa as coisas separadas: x ou y, e isso de forma tal que a situação ou do contexto desaparecer por si só. Nossa época é bem mais propícia ao terreno da contradição do que da contradição. Mesmo no próprio marxismo, o natal desta última, tendências mais avançadas recusam a questão da contradição e se aborrecem com ela, como se fosse um remanescente do idealismo, capaz de reduzir o sistema de forma fatalmente antiquada, como os sintomas ou a febre cerebral. (*idem, ibidem*, p. 17-18)

Por isso, parece-me que as afirmações de Saviani e dos pedagogos de esquerdas, todas as imprecisões que possam ter de ordem metodológica e de análise histórica sobre o trabalho, os trabalhadores e classe social, é uma expressão retórica e de caráter pejorativo, cujo efeito é contrário ao que Lessa certamente quer: reafirmar as teses da desecolarização da sociedade, do capitalismo e economicismo, as perspectivas do trabalho ampliadas hoje pelas teses do pós-modernismo e do desmantelamento do que define a profissão e pelas políticas neoliberais.<sup>24</sup>

Entretanto, se sairmos do campo da negatividade e da ciência e tecnologia ou pura negatividade e lidarmos com o plano da positividade e lidarmos com o plano das coisas, no seio do capitalismo realmente existente e com situações concretas e forças em disputa

<sup>24</sup> Dermeval Saviani, tendo presente o esvaziamento da função de organização, sistematização e produção do conhecimento dos docentes (em todos os níveis de ensino, mas especialmente na educação básica) numa recente entrevista, reclama: “A função deve ser devolvida a sua função: ensinar” (*Rubra*, 14 de outubro de 2008). Reitera aquilo que expõe no pequeno livro *A função da democracia* (Saviani, 1986), com 40 edições, sobre a importância da função política da escola e da educação escolar, e a mediação das concepções, método dialético-histórico e a importância dos conteúdos e dos fundamentos científicos, na formação dos sujeitos. Gramsci, da sociedade dos homens e das coisas. Isso pode ser buscado em Marx, nas *Instruções aos Deputados do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores*.



parece que se trate de uma ilusão a possibilidade de os educadores disputarem, dentro da perspectiva da escola unitária e educação omnilateral, as novas bases de conhecimento demandados pelo processo produtivo.

O fato de a fração brasileira da burguesia internacional e seus intelectuais terem recentemente cunhado a expressão *apagão* educacional para reclamar que há falta de trabalhadores qualificados para os setores que necessitam que eles dominem bases de conhecimentos para o trabalho complexo indica, ao mesmo tempo, o limite de ideias dessa burguesia, já que ela é a maior responsável por essa situação, e uma real necessidade de elevar o patamar de escolaridade, certamente não para todos.<sup>25</sup> Com isso, não se está sugerindo que se esteja “no mundo da liberdade” nem que estamos na porta da sociedade socialista. O que se está dizendo que há contradições e que, numa perspectiva de luta de classe, na superação do sistema capitalista, esta é uma questão da práxis. “A escola, como o movimento operário, implica um equívoco: só conseguirá interpretar plenamente seu papel numa sociedade renovada e, ao mesmo tempo, compete-lhe, dia após dia, desempenhar um papel” (Snyders, 1981, p. 392).<sup>26</sup>

Finalmente, uma breve análise do texto de Paulo Sérgio Tumolo – *O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo*: ensaio de

análise crítica (Tumolo, 2003), que, mediante imanente de parte de *O capital* de Marx sobre *trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho* conclui que sob o capitalismo o trabalho não é considerado princípio educativo. Situo o contexto do texto nos termos apresentados pelo pr

O texto tem como finalidade analisar criticamente a concepção do trabalho como princípio educativo, que é utilizada para fundamentar propostas de educação de importantes movimentos sociais brasileiros, tais como o MST e a CUT. À luz da contribuição teórica oferecida por Marx, sobretudo em *O Capital*, discute o significado de três categorias fundantes de trabalho – trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo. (Tumolo, 2003, p. 14)

Tumolo justifica que, dado o número de autores que se ocupam do tema, seleciona apenas um deles (Saviani, 1986a), afirmando que *sintetiza a concepção presente no conjunto dos estudos e serve de base, em grande medida, para as propostas educativas dos referidos movimentos sociais (grifos meus)*. Numa nota, a título de nomeia treze educadores e 23 obras dos mencionados, inclusive quatro de Dermeval Saviani. O texto refere-se a uma entrevista de Saviani publicada na revista *Bimestre*, do MEC/INEP/Cenafo, com quatro referências.

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura em função da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais em função do trabalho que produzem sua própria existência, a partir das suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, transformando-a em função dos objetos das necessidades humanas. A sociedade se estrutura e se desenvolve da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho. (Saviani, 1986a, p. 14, *apud* Tumolo, 2003, p. 2)

Com base no pressuposto de que esse texto, da entrevista de Saviani representa sua

<sup>25</sup> Uma análise atual e importante sobre demanda e trabalho complexo no Brasil é efetivada por Lúcia Maria Vanderlei Neves e Marcela Alejandra Pronko (2008). Em pesquisa que conclui recentemente (Frigotto, 2008), no último capítulo discuto a relação quantidade e qualidade na educação tecnológica de ensino médio e evidencio o espaço contraditório no qual se dão disputas no campo da educação e uma análise do *apagão educacional*.

<sup>26</sup> Lênin, como um dos mais importantes teóricos do marxismo do século XX e líder revolucionário, tinha clareza sobre o papel contraditório da escola burguesa. Ao se dirigir aos jovens, após a Revolução de 1917, criticou a tendência de se ver tudo que se fez na velha escola como inútil e argumentava que a teoria revolucionária, contraditoriamente, também resultou dela. “O marxismo é um exemplo de como o comunismo resultou da soma de conhecimentos adquiridos pela humanidade” (Lênin, *apud*



exemplo, de treze pesquisadores e que a concepção do trabalho como princípio educativo *trata apenas de um lema, que carece de precisão e consistência teóricas*, faz uma discussão sobre as categorias enunciadas de acordo com Marx para ao final explicitar sua conclusão.

Dado o conjunto de razões expostas, o trabalho não pode ser considerado como princípio educativo de uma estratégia político-educativa que tenha como horizonte a transformação revolucionária da ordem do capital. O trabalho só poderia ser concebido como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade baseada na propriedade social, vale dizer, na não-propriedade dos meios de produção, que, dessa forma, teria superado a divisão e a luta de classes e, por conseguinte, qualquer forma de exploração social, bem como o trabalho produtivo de capital e o trabalho abstrato, porque teriam sido eliminados o capital e o mercado. (Tumolo, 2003, p. 10)



Tiradas as premissas sobre trabalho como princípio educativo e a forma de encaminhá-las e sua conclusão, o texto expressa uma interpretação das categorias trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo em Marx. Trata-se de uma análise que também se pauta pela visão imanente e heurística do texto de Marx que tem sua pertinência, como reiterei ao longo deste texto. Mas a forma de articular essa interpretação de Marx com o que apresenta sobre trabalho como princípio educativo expressa, além de um raciocínio silogístico, equívocos de conteúdo, método e de forma.

Mesmo que o autor assuma tratar-se de um texto introdutório, não pode cometer a impropriedade de pinçar uma citação de uma entrevista numa revista, sendo que na bibliografia cita mais três obras de Saviani, nem partir da suposição de que os demais doze autores e suas 19 obras referidas estejam contemplados em tal citação. O mais estranho e paradoxal é que a citação não trata diretamente do trabalho como princípio educativo, mas da relação da estruturação do sistema educacional

mesmo modo, a maior parte das obras re-trata do trabalho como princípio educativo.

Também afirmar, particularmente em MST, que a concepção do trabalho como princípio educativo é tomada apenas como um lema *de precisão e consistência teóricas*, sem e debater minimamente a produção sobre feita por intelectuais do MST como Ros (2000) e o diálogo e a produção de e como a que fazem com Miguel Arroyo, um pesquisadores referidos, é uma generalidade impropriedade. Um exame mais cuidadoso teórico e da proposta pedagógica do MST, movimento que coloca a educação como da luta de classes, revela que aí se efetiva um sistemático de compreender tanto o trabalho princípio educativo quanto algo distinto como a seguir, como princípio pedagógico, aqui das contribuições de Pistrak e Paulo Freire e outros educadores.<sup>27</sup>

Todavia, é no plano da vida concreta, no pagamento e na escola que se pode observar de superar as marcas de uma *personalidade* com resquícios *do homem da caverna* (1978, p. 12) conformados na condição e que os adultos e crianças se exercitam não como princípio educativo. Assim, quando participam de pequenas tarefas do dia a dia tempo lúdico e de escola garantidos, nada com exploração do trabalho infantil. Explor por vontade dos pais mas por condição de na condição de colonos ou quando trabalhameeiros ou assalariados.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Não se está dizendo que o MST não tenha contradições internas e imensos limites nas suas lutas pela classe dominante brasileira e pelas condições em que os militantes produzem sua existência. Este é um tema que são doutores, e nos ensinam muito. Também não se quer dizer que esses conceitos estão resolvidos na teoria e na prática.

<sup>28</sup> Outra, ainda que possa ter dimensões positivas, é a da Organização Internacional do Trabalho quando





A exposição de Tumolo, nesse texto, é um exemplo da discussão antinômica, posto por Jameson, e das implicações da passagem de um estudo imanente e heurístico para uma análise histórico-concreta. Nos termos do autor:

O trabalho só poderia ser concebido como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade baseada na propriedade social, vale dizer, na não-propriedade dos meios de produção. (Tumolo, 2003, p. 10)

Dada a premissa, o autor passa a analisar em Marx as categorias de trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo e de forma correta demonstra que sob o capital o trabalho avilta, degrada, aliena cada vez mais o trabalhador. E conclui que, em sendo isso, o trabalho não pode ser tomado como princípio educativo.

Do ponto de vista da lógica, a argumentação interna é de um silogismo sem contradição em seus termos. A questão é outra. A premissa é que tem de ser discutida. Posto o trabalho humano no plano histórico em que negatividade e positividade coexistem e se definem no campo de luta de forças, a leitura que podemos fazer dessa questão em Marx e Gramsci me parece outra.

Da leitura que faço do trabalho como princípio educativo em Marx, ele não está ligado diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de *superação* do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano. Não se trata de uma solidariedade psicologizante ou moralizante. Ao contrário, ela se fundamenta no fato de que todo ser humano, como ser da natureza, tem o imperativo de, pelo trabalho, buscar os meios de sua reprodução – primeiramente biológica, e na base desse

imperativo da necessidade criar e dilatar o acesso ao trabalho efetivamente livre. Socializar ou educar-se para o trabalho que produz valores de uso é tarefa coletiva, sob uma perspectiva constituinte da sociedade socialista.

Por ser o trabalho (mediação de primeira ordem) o que possibilita que o ser humano produza e reproduza-se, e por isso, na metáfora de Nietzsche, *diluviano*, e não o trabalho escravo, servil e alienado sob o capital (mediações de segunda ordem), a internalização, desde a infância, do trabalho produtor de valores de uso é fundamental dentro desse contexto que entendo a expressão “miseráveis de luxo”, de Gramsci, para significar a socialização que aliena a possibilidade de produzir o que tudo que é produzido para o ser humano é para si mesmo como ser da natureza vem do mundo.

É dessa perspectiva que Marx entende a leitura, a união de trabalho e ensino desde a infância, e, ao mesmo tempo, a luta contra a exploração do trabalho infantil.

A conclusão de Tumolo sobre a importância de considerar o trabalho como princípio educativo

<sup>29</sup> Por isso que também as teses de que o movimento da greve, as lutas são educativos – e o são –, mas não o “princípio educativo” da mesma natureza do trabalho e dos valores de uso. Aqui reside a necessária distinção entre a teoria e a práxis, já que o trabalho não esgota a construção da sociedade, mas ele é também fundamento da práxis. As greves e os movimentos sociais tendem desaparecer numa sociedade comunista, é a emancipação humana. O trabalho produtor de valores continuará sendo uma necessidade antediluviana para os seres humanos pelo simples fato de que esse ser da natureza e das necessidades de elementos da natureza ou de produtos produzidos pela criação humana continuará existindo. Manacorda dá uma ênfase específica de Gramsci, com base em Manacorda, no “o conceito e o fato” do trabalho como “princípio da escola elementar”. Marx, salienta Manacorda, refere-se à concepção de trabalho como uma relação imediata entre a sociedade e a natureza para transformar a natureza.



o capitalismo decorre não só por não trabalhar neste texto o caráter contraditório das relações sociais, mas de uma inversão histórica: o capital se torna a categoria antediluviana. Tomado o trabalho como processo que cria e recria o ser humano, ele não é redutível às formas históricas, sob as sociedades de classe que cindem o gênero humano, ao trabalho escravo, servil e capitalista. Por isso, até mesmo o trabalho escravo não é pura negatividade. Este parece ser um dos sentidos da dialética do senhor e do escravo. Do mesmo modo, não é estranho em Marx reconhecer o caráter civilizatório da revolução burguesa, no plano do pensamento e no plano das relações de produção.

Na introdução da *Crítica da filosofia do Direito em Hegel*, Marx (2006) reconhece que a burguesia acertou contas com as concepções metafísicas e que agora a tarefa é o acerto de contas mediante a crítica ao Direito, à política etc., da visão de mundo e de conhecimento. Do mesmo modo, no *Manifesto Comunista* Marx e Engels explicitam o caráter revolucionário da burguesia.

Historicamente, a burguesia desempenhou um papel revolucionário. Onde quer que tenha sumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destruiu impiedosamente os vários laços feudais que ligavam o homem aos seus “superiores naturais”, deixando como única forma a relação de homem a homem laço do frio interesse, o insensível “pagamento à vista”. (Marx & Engels *apud* Laski, 1982, p. 96)

Explicitam ao mesmo tempo, no plano das condições históricas, a positividade e negatividade desse processo. A positividade, pela destruição de velhas relações feudais e trabalho escravo; a negatividade da burguesia ao não abolir as classes e constituir-se na classe do frio interesse.

Na recente conferência sobre o sentido e a atualidade do *Manifesto Comunista*, Francisco de Oliveira sublinhou que a encomenda da *Liga dos Justos* era um manifesto contra as injustiças. Marx e Engels fazem um manifesto que explicita que a propriedade

fonte de todas as injustiças e que, portanto, para suprimir a propriedade privada e a luta de classes. Porém, destaca Oliveira, o *Manifesto* indica que a direção da história seja *rodar o relógio para trás* ou, do autor em outras análises, a tese de *pior melhor*. Por isso, ao ser instado a avaliar a alienante da Rede Globo, reconhecendo e seu poder alienador, adverte que o problema não é sua destruição, mas como se apropriar dessa destruição noutra direção. Num plano mais geral, essa conclusão de Hobsbawm (2008) quando afirma que o problema não é a globalização ou a internacionalização, mas esta forma de internacionalização, o internacionalismo, destaca, é uma tese car

## A título de conclusão

Pela natureza e finalidade deste texto trata-se propriamente uma conclusão. O que trata de marcar de alguns aspectos dele que, julgo, podem facilitar o debate.

Creio que seu sentido maior é sintetizar o que nos interpela Williams sobre a tarefa da crítica: “...te na luta pela hegemonia cultural, que é ensinar uns aos outros as conexões que existem entre a formação política e econômica e, talvez, a formação educacional e formação de sentido das relações, que são os nossos recursos em forma de luta.”

E por tratar-se de um espaço formativo, a associação científica com a presença dos jovens pesquisadores, professores, lideranças, outro aspecto central emana da observação de que o risco de deduções que encerram o assunto do termo *materialista*. *Toda a história precisa ser estudada, as condições de existência das diversas relações sociais precisam ser examinadas antes de induzir delas as correspondentes condições políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, etc.*

Do primeiro eixo do texto, explicitar que a polissemia do trabalho resulta de um processo que se desenvolve historicamente n





mediante valores, símbolos, tradições e costumes. O sentido que vai assumir, tanto na linguagem do senso comum quanto nos âmbitos das ciências, na sociedade de classes, resulta de relações de poder e dominação.

O percurso feito, sobretudo com Williams, sobre trabalho, emprego e classe social dá conta primeiramente do processo da constituição do seu significado e sentidos no plano social e cultural e, ao mesmo tempo, de que os três vocábulos passam a ter um vínculo inseparável no processo de definição do modo de produção capitalista. Marx e Engels vivem esse contexto e se esmeram, particularmente Marx, em desmascarar os sentidos da ciência burguesa e em lhes dar rigor e concepção históricos. Nem Marx nem Engels ficaram imunes às ambiguidades, como se destacou. Não só por isso, mas *também* por isso, o permanente debate no campo marxista.

O debate em relação ao tema das classes sociais, da classe proletária e o próprio sentido de classe como estrutura, categoria ou como processo e formação histórica trazidos neste texto é emblemático. Penso que ajuda muito a nos situarmos neste debate as distinções que faz Raymond Williams à abordagem da classe como categoria ou como formação; num mesmo *sentido*, Edward P. Thompson distingue na historiografia uma abordagem de classe como categoria heurística ou analítica e como conteúdo histórico. Para Thompson, a classe só pode ser considerada uma categoria no sentido heurístico. No sentido histórico, classe é uma relação de forças. Classe e consciência de classe são sempre o último – e não o primeiro – degrau de um processo histórico real.

Encontramos a mesma compreensão em autores que tratam a classe em seu sentido histórico real. Para Williams, consciência de classe e luta de classe dizem respeito a formações históricas concretas. Hobsbawm fala do *fazer-se classe* e que elas nunca estão prontas. Oliveira, que *as classes não se constituem em si e nem mesmo para si, mas para as outras*.

O segundo eixo do texto tem como centro o sentido do trabalho e das classes na sua relação com o campo educativo. Ele se põe como uma exigência

Tumolo discutidas aqui, com abrangências e aprofundamento distintos, interpelam o campo educativo e, sobretudo, a produção oriunda do Grêmios e Educação. Para Lessa, a confusão semântica entre trabalho, classe proletária, sujeito revolucionário conduz os mais destacados pedagogos de sua época a *ilusões* em relação a ciência, tecnologia e educação integral e omnilateral. Para Tumolo, o não-entendimento do trabalho concreto, abstrato e produtivo e do sistema do capital conduz educadores e movimentos sociais a entender o trabalho como princípio – *um lema sem consistência teórica*.

O que se buscou evidenciar é que Lessa e Tumolo fazem suas análises dentro da perspectiva heurística dos textos de Marx, tomando como base o Livro I de *O capital*. Uma abordagem não só válida, mas também importante na compreensão dos fundamentos do pensamento de Marx e de outros pensadores marxistas. Trata-se de abordagem tão importante quanto a abordagem que analisa as formações históricas. Como adverte Thompson, confusões gerais ocorrem quando nos deslocamos de uma acepção para outra.

Nos textos de Lessa e Tumolo aqui analisados, o que busquei evidenciar é que esse deslocamento não se efetivou. Dar um tratamento imanente e próprio a trabalhos de natureza histórica os condiz com a contradição no sentido da materialidade do processo histórico em que negatividade e positividade são indissociáveis.

Disso decorre, na minha compreensão, a dificuldade de Lessa perceber que Antunes, Ianni e Saviani, com recortes diversos, estão empenhados em entender o trabalho no processo histórico e situam suas análises no sentido oposto das análises de Lessa e Tumolo. Do mesmo modo, a dificuldade de ver a possibilidade de pensar a ciência, a técnica e avanços das forças produtivas dentro do sistema capitalista ou ter uma perspectiva de educação escolar omnilateral ou politécnica.

No mesmo sentido e de forma mais crítica, Tumolo efetiva esse deslocamento e é preciso perceber de que é impossível pensar



o trabalho se efetiva de forma puramente negativa. Paradoxalmente, na forma com que conduz a análise, acaba dando ao capital o caráter antediluviano.

Do que foi exposto, para concluir, parece-me importante, na linha apontada por Florestan Fernandes, de que o *intelectual não cria o mundo em que vive, mas faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo para transformá-lo*, assinalar dois riscos possíveis do deslocamento das análises imanentes e heurísticas para análises históricas como as que acabamos de discutir.

O primeiro é de conduzir a um imobilismo e a um *beco sem saída*, colocando para o futuro a tarefa de superação do trabalho, da ciência e da técnica e da educação alienadores. No plano da história e da práxis, a questão que nos interpela é: quem constrói e como se constrói a travessia? Por certo nessa travessia, se entrarmos no pântano e de terno branco e sairmos de terno branco, como lembra João Cabral de Melo Neto, a poesia perde a graça.

O outro risco, este específico para o campo da educação, é de que, ao tratar as análises dos pesquisadores criticados, mesmo com as ressalvas feitas, de *ilusões* ou *lemas sem consistência teórica*, acabe-se reforçando as posturas conservadoras e neoconservadoras ou pós-modernas já hegemônicas nestes tempos de *capitalismo tardio*. Por isso, o cuidado, em nossas análises, lembrando o Marx do *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, é para que a frase não vá além do conteúdo.

### Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CATANI, Antônio (Org.). *Trabalho e tecnologia*: Dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1987.

- COUTINHO, Carlos Nelson. N. A democracia na batida e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, MERARO, Giovani (Orgs.). *Democracia e construção do pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- DO CARMO, Francisca Maurilene. Trabalho, educação e trutivismo: considerações preliminares. In: JIMENEZ Vasconcelos; RABELO, Jackline (Orgs.). *Trabalho, educação e educação*: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: UFC, 2003. p. 159-168.
- ENGELS, Frederic. Concepção materialista da história. In: NANTES, Florestan (Org.). *Marx e Engels (História da Ideologia)*. Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 36.)
- ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2000.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. A sociologia no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil*. UFRJ, 1978. interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Marx e Engels – História*. São Paulo: Boitempo, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 36).
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Trabalho e conhecimento na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. O enfoque da dialética materialista na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Trabalho e educação na pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Educação tecnológica e o ensino médio: sujeitos e a relação quantidade/qualidade*. Rio de Janeiro: CNPq, 2008. (Relatório de Pesquisa.)
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, política e Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBAM, Eric. Entrevista a Marcelo Musto. 29.09.2008. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15253](http://www.cartamaior.com.br/materiaMostrar.cfm?materia_id=15253). Acesso em: 10/10/2008.
- HOBBSBAM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



## A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro e a questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*. O pensamento de Marx no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. Limites e possibilidades de Marx e a sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 98-115.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. A dialética da moral e a moral da dialética. In: Vários Autores. *Moral e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 99-117.

LASKI, Harold J. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Marx*. Lisboa: Edições 70, 1981.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, George. Los fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos e Ontología del ser social: el trabajo. In: INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel (Org.). *Ontologia del ser social – el trabajo. Textos inéditos en castellano – György Lukács*. Buenos Aires: Herramienta, 2004. p. 35-54 e 55-102.

\_\_\_\_\_. *Ontologia dell'essere sociale*. I. Roma: Editori Riuniti, 1976.

MAAR, Wolfgang Leo. A teoria crítica da sociedade brasileira de Francisco de Oliveira. In: RIZEK, Cibele Salib; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). *Francisco de Oliveira. A tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 37-46.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.

MANDEL, Ernest. *El capital: cien años de controversias en torno de la obra de Karl Marx*. México: Siglo XXI, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. *O capital*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Crítica de filosofia do Direito em Hegel*. São Paulo:

\_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). *O trabalho e o pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MÉSZÁROS, István. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lição sobre o capítulo VI incompleted*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NAREDO, José Manuel. Revisión de la mitología de la producción. In: \_\_\_\_\_. *Raíces económicas ecológico y social. Mas allá de los dogmas*. Madrid: Trotka, 2006. p. 151-183.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). *As palavras dos ingleses e outros artigos de E. P. Thompson*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia e sociedade*. Introdução. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Vanderlei; PRONKO, Marcela. *O mercado do conhecimento e o conhecimento do mercado*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz, 2008.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Trabalho e Conhecimento: Dilemas da Teoria do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido; classe e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b.

\_\_\_\_\_. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os direitos do antivalor: a economia e a hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista; o ornitorrinco e a máquina*. Boitempo, 2003.

PARIS, Carlos. *O animal cultural*. São Carlos: Editoral da UFSCar, 2002.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ROBIN, Isaac Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.





Gaud

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferreti, Celso João et al. (Orgs). *Tecnologia, trabalho e educação*. Petrópolis, Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez, 1986.

SINGER, Paul. Trabalho produtivo e excedente. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 101-131, 1981.

SNYDERS, George. *Escola, classe e luta de classe*. São Paulo: Moraes, 1981.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. V. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de dão*. V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. V. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *Revista Eletrônica Marxismo Revolucionário Atual*. 2008. Disponível em: <www.mra.org.br>. Acesso em: 15 out. 2008.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: Ensaio de Análise Crítica. *Trabalho Necessário – Revista eletrônica*, NEDATE/UFF, ano 1, n. 1, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOD, Elen M. *Democracia contra o capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

GAUDÊNCIO FRIGOTTO, doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor no Programa de Pós-Graduação em Políticas da Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Publicações mais importantes: *A produtividade e a crise do trabalho* (São Paulo, Cortez, 8. ed., 2006); *Educação e crise do trabalho* (São Paulo, Cortez, 6. ed., 2007); *A crise do trabalho: perspectivas de final de século* (Rio de Janeiro, Vozes, 9. ed., 2008). Pesquisa em andamento: “Sociedade e capitalismo dependente no Brasil e as políticas de formação de emprego e renda: a juventude com vida provisória e precária”. E-mail: gfrigotto@globomail.com

Recebido em novembro de 2008

Aprovado em dezembro de 2008